

Vídeo ativismo no Brasil: da rua à rede¹

Videoactivism in Brazil: from the street to the network

Ana Lucia Nunes de Sousa*

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

Este artigo reflete sobre a prática e a narrativa vídeo ativista, desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, no contexto dos protestos contra o Mundial de Futebol da FIFA (2014). Para analisar o fenômeno, foi utilizado um modelo de investigação que incorpora métodos qualitativos e quantitativos, aplicados online e off-line: pesquisa participante, entrevistas semiestruturadas e métodos digitais de coleta e análise de dados. O trabalho de campo foi realizado entre 7 de junho e 15 de julho, no Rio de Janeiro, durante o Mundial de Futebol de 2014. Além disso, foi construída uma base de dados de vídeos (173), contendo todas as interações destes materiais nas redes sociais online. Os resultados demonstram que os vídeo ativistas atuavam em grupos, em rede multimodal online e offline; baseando-se seu trabalho, principalmente, na viralização nas redes e mídias sociais. No que se refere à narrativa vídeo ativista construída, a violência destaca-se como a principal temática; sendo os manifestantes os protagonistas desta narrativa.

Palavras-chave: vídeo ativismo; internet; movimentos sociais; Rio de Janeiro.

Abstract

In this research, we present the video activist practice and narrative developed in Rio de Janeiro, Brazil, in the context of the 2014 FIFA World Cup. To analyze the phenomenon we applied a mix-method, including quantitative and qualitative techniques, online and offline: participant research; semi-structured interviews; and we also created a video database (173), including the interactions around them in the social networking sites. The fieldwork was realized between June 11 and July 15, 2014, in Rio de Janeiro, during the FIFA World Cup. The results show that the video activists organized themselves in groups, were networked multimodal online and offline. Also, their work methodology was based on the viralization in the social networking sites. Regarding to the narrative, the leading theme addressed was police violence; and the protesters were the main characters of the narrative.

Keywords: videoactivism; Internet; social movements, Rio de Janeiro.

Introdução

Em 2013, no Rio de Janeiro, Brasil, movimentos sociais como o "Comitê Popular da Copa", associações de bairro como a da Vila Autódromo e Favela Metro-Mangureira, partidos e organizações políticas lideraram uma série de protestos, aproveitando a atenção midiática dedicada à cidade, em virtude dos megaeventos que seriam realizados (Copa das Confederações de Futebol, Jornada Mundial da Juventude Católica, Jogos Militares, etc.). Naquele momento, as imagens e slogans das acampadas na Espanha e nos Estados Unidos e das revoltas no norte da África já eram velhas conhecidas dos ativistas brasileiros. Mas foi em maio que estes protestos deram uma guinada, quando as imagens da juventude turca construindo barricadas, utilizando máscaras de proteção contra gases e divulgando tutoriais de como enfrentar a polícia tomaram as

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

linhas do tempo do *Facebook* de muitos ativistas no Brasil. Aos poucos, as redes dos dois países começaram a conectar-se e se reconhecer como irmãos em luta (Canavarro, 2015), uma vez que as estratégias violentas da polícia turca eram muito similares às utilizadas no Brasil. De um lado se gritava “acabou o amor, isto aqui vai virar a Turquia”, e do outro se respondia “o Brasil é em Istambul”. Neste contexto, o vídeo ativismo online emergiu com força, questionando a narrativa dos grandes meios informativos e transformando cada ativista num porta-voz da história. A potência da relação entre o audiovisual e as redes e meios sociais da Internet parecia questionar o domínio das narrativas dos grandes meios, que quase sempre enquadram os movimentos sociais de forma negativa.

É importante situar que esta pesquisa se desenvolve num momento de grandes lutas sócio-políticas, que se desenvolveram a partir de 2010, começando pelo sul global africano, passando pelo Norte (Europa e Estados Unidos) e voltando uma vez mais ao sul (Brasil e Turquia). Consideramos que o elo invisível que une estas lutas – algumas muito díspares uma das outras no que se refere às demandas principais – é a reivindicação do comum ou de um comum a ser partilhado (Paiva, 2003; Sodré, 2014). As práticas comunicativas que são analisadas neste trabalho são também reivindicadas, apropriadas, feitas comum na trama diária do estar-juntos entre barracas de acampamento, barricadas e câmeras. Desta forma, nesta pesquisa, o vídeo ativismo é compreendido como uma prática comunicativa comunitária, vinculada a uma longa tradi o de comunica o a partir dos movimentos sociais.

Partimos da compreensão de que o vídeo ativismo é uma ferramenta tática para lutar por justiça social, fazendo da câmara um poderoso instrumento político, sendo que podem haver vários tipos de vídeo ativistas (Harding, 2001). Especificamente, o foco deste trabalho é o vídeo ativismo desenvolvido entre a rua e os meios sociais da Internet. Desta forma, esta análise considera, ao mesmo tempo, um componente macro, ao enquadrar as práticas midiáticas analisadas como parte da luta pelo comum e um componente micro, ao olhar especificamente para aquelas construídas em torno ao vídeo *online*. Dito isto, esta pesquisa partiu da seguinte pergunta: como se desenvolveram as práticas vídeo ativistas a partir dos movimentos sociais no contexto dos protestos contra o Mundial de Futebol da FIFA, no Rio de Janeiro (2014)? A organiza o do texto busca, inicialmente, apresentar o debate teórico no qual esta pesquisa está inserida; logo, os materiais e métodos utilizados em seu desenvolvimento. Para finalizar os principais resultados são analisados e discutidos.

A pesquisa em comunica o, redes e movimentos sociais

As revoltas globais e a comunica o emergida neste contexto despertaram um grande interesse acad mico e, por consequência, uma abundante literatura, abordando os mais variados aspectos. Entretanto, as análises se concentraram em dois campos, por separado:

Eu acho que há dois campos teóricos. Um grupo está buscando etnograficamente, principalmente, aos ativistas. Outro grupo, do qual eu faço parte, está olhando os processos organizativos da multidão nos meios. Mas eu também penso que é tempo, e provavelmente sejam necessários mais cinco anos para fazer isto, para teorizar as rela es ao longo do

caminho". (Bennet, citado em Mercea et al., 2016, p.7)

A maior parte das pesquisas realizadas nos últimos anos privilegiava um dos dois polos de análise: ou se investigava aos ativistas, utilizando técnicas qualitativas, principalmente entrevistas; ou se investigavam as redes e meios sociais online, empregando métodos digitais e/ou *Big Data*. Um olhar que se situe na intersecção entre estes dois mundos e analise as relações, cada vez mais fluidas entre as várias camadas situadas entre o *online* e o *off-line*, ainda é pouco comum. Este trabalho é uma tentativa de aproximação à intersecção entre estes dois campos, ainda que seja preciso ser consciente de que o olhar aqui proposto está mais voltado à organização coletiva dos vídeo ativistas, como ponto de partida.

O potencial democratizador, de mudança social e o aspecto participativo das plataformas, redes e meios sociais da Internet sociais tem sido um dos grandes debates do campo da comunicação realizada no seio dos movimentos de protesto contemporâneos. Uma parte dos teóricos centra a análise na novidade e potencialidade narrativa que aparece com a Internet (Alexander, 2011; Jenkins et al., 2013; Castells, 2012; Levy, 2004; Rheingold, 2002). Também são comuns as pesquisas que vinculam o desenvolvimento dos protestos diretamente à existência destas redes, salientando como, através delas, foi construída uma "narrativa dos muitos, fazendo da vida e da história as condutoras do tempo real, ao não paralisar o tempo, ao apropriar-se dele e reterritorializá-lo como narrativa coordenadora da ação coletiva" (Auntoun & Malini, 2013, p.188).

No entanto, o otimismo acrítico sobre as potencialidades da Internet para a comunicação e os movimentos sociais foi perdendo força nos últimos cinco anos, principalmente após as revelações de Edgar Snowden, em 2013, sobre o uso da Internet como arma de espionagem por parte de governos. Outro fator que contribuiu nesta direção foi o avanço da pesquisa acadêmica que, ao aprofundar-se, começou a demonstrar algumas limitações inerentes à tecnologia. A partir de então, duas outras tendências ganharam terreno: 1) as que pontuam as potencialidades da Internet, mas sem cair no tecno otimismo; 2) as que centram sua análise nas debilidades e perigos das redes e meios sociais *online*.

Cammaerts (2016) defende que a Internet impactou positivamente à sociedade, possibilitando que tanto indivíduos como coletivos pudessem desenvolver meios de comunicação alternativos e comunitários. O pesquisador pontua os seguintes avanços permitidos pela Internet: a redução dos custos de produção e distribuição; a superação das barreiras espaciais e temporais; a ampliação do acesso ao público; e a impossibilidade de que os governos controlem todo o conteúdo distribuído através da rede. Ainda assim, não deixa de chamar a atenção para as dificuldades e problemas que acompanham a popularização da Internet, como o domínio dos atores empresariais e econômicos; a ainda restrita circulação dos meios comunitários e alternativos a pequenas audiências e o aumento da vigilância global. Em relação à pesquisa acadêmica, o pesquisador também critica a atual tendência em concentrar e supervalorizar a importância da Internet nas análises sobre os meios comunitários.

Boa parte das pesquisas criticadas por Cammaerts (2016) sobre o papel das redes e meios sociais na Internet se concentrou em responder perguntas do tipo: como os movimentos sociais se organizam e propagam informação pelas redes? Como as plataformas funcionam como esfera pública ou espaços de contenção? São certamente perguntas importantes e que precisam ser respondidas, mas quando grande parte das pesquisas se concentram apenas nestes pontos, ignorando as muitas outras interrogantes, o

pesquisador sugere que se acaba por criar um olhar fragmentado e particular dos fenômenos sociais. Parte das investigações sobre o uso das redes virtuais por parte dos movimentos sociais considera que a ação conectada (Bennet e Segerberg, 2012) suplantou a ação coletiva. Estas pesquisas se concentram, primordialmente, no fato de que “o coração desta lógica [a ação conectada] está no reconhecimento de que os meios digitais são agentes organizacionais” (Bennet e Segerberg, 2012, p.752), mas se esquecem que “os meios digitais podem ajudar a reduzir alguns custos do processo, mas não mudam a dinâmica da ação fundamentalmente” (Bennet e Segerberg, 2012, p.748). O que o estudo de caso desenvolvido nesta pesquisa demonstra é que a ação coletiva e todas as conexões estabelecidas no espaço-tempo da rua são decisivas para que a ação conectada ocorra nas plataformas digitais. Em resumo, uma lógica não substitui a outra. A pergunta que ainda fica por responder é justamente as interconexões entre as duas lógicas e tudo que pode existir “entre” elas.

Neste sentido, ainda são raros os trabalhos na área que vão além do frenesi do discurso da “participação” da cidadania através das redes sociais *online* para focar-se nas formas concretas, valor e significado desta participação. Carpentier (2017) afirma que analisar os processos participativos midiáticos significa refletir sobre “as decisões, o uso das tecnologias produtivas, a utilização dos espaços e lugares, a visibilidade dos participantes, o uso da linguagem, gênero e formatos, etc.” (Carpentier, 2017, p.89). Não obstante, a maior parte dos trabalhos se limita a concluir que, com e através das redes, a audiência se transforma em um sujeito engajado na ação coletiva, da qual se faz partícipe através da conversação (Auntoun e Malini, 2013).

Em outro polo estão as teorias que sugerem que, na verdade, há pouco espaço para o desenvolvimento de uma comunicação de outro tipo nas redes virtuais, já que o objetivo principal dos meios comerciais é entregar “audiências” para que os anunciantes transformem estas plataformas em um negócio rentável (Coyer et al, 2007, p.1). Para Kelty (2013), o ativismo político na Internet é uma atividade de baixo risco, assim como seu potencial de mudar o mundo. Valenzuela (2013) e Morozov (2009) também são reticentes ao potencial das redes e meios sociais *online*. Dean (2005) argumenta que este tipo de ativismo é importante, mas não responde à pergunta se estas redes – que são baseadas em laços débeis (Granovetter, 1983) – darão lugar a laços, movimentos, forças e políticas de solidariedade que poderão se estender no tempo e contrapor-se ao poder global. Para Dean (2005), processos de mudança radicais necessitam romper com as fantasias oriundas do capitalismo que fazem com que muitas pessoas acreditem que estão ativas apenas com clicar em uma página, assinando petições ou interagindo nas plataformas digitais. Partindo deste pensamento é que Harvey (2013) afirma que são os corpos nas ruas que mudam o mundo e não “a geringonça” de sentimentos no *Twitter*.

O retorno ao comum e à comunicação comunitária

As políticas econômicas do capitalismo global transformaram o século XXI no momento mais revolucionário da história moderna, contabilizando 843 grandes protestos², entre 2006 e 2013 (Gutiérrez, 2014). O que

² Gutiérrez, B. (2014, 19 de abril). La época más revolucionaria de la historia. *El Diario*. Recuperado de <<https://bit.ly/2N1yVxP>>

une a maior parte destes movimentos é o rechaço aos espaços institucionais tradicionais, a ocupação dos espaços públicos e a utilização das redes e meios sociais *online* (Carneiro, 2012). Estes movimentos colocaram a descolonização no centro do espetáculo e fizeram com que grande parte da população mundial começasse a questionar se este modelo era realmente impossível de mudar (Wallerstein, 2012).

O retorno à demanda de justiça social fez com que o discurso sobre o comum voltasse à ordem do dia. A partir da universidade, passando pela política³, até chegar ao ativismo tecnológico e social; as ideias em torno do comum e da comunidade estão se desenvolvendo de forma interconectada. A aposta na construção comunitária como resposta à crise econômica e às demandas não resolvidas do povo abre espaço para que este conceito seja utilizado e fortalecido. Nesta pesquisa, o vídeo ativismo é compreendido como uma experiência que parte, se desenvolve e se fortalece no comum. A comunidade é, para Paiva (2003), uma metáfora sobre “a construção de uma nova forma para o laço social” (p.10). Escolher a “possibilidade comunitária” (Paiva, 2003, p.55) é assumir que há uma possibilidade real de construir um mundo no qual os “comuns” possam ter em suas mãos o poder decidir.

A teorização recente em torno ao comum e à comunidade se centra, principalmente, nas ideias de Hardt y Negri (2011), mas também recupera teóricos das últimas décadas como Espósito (2003), Nancy (2010) e Agamben (1990). Há também vozes ressoantes oriundas do sul global, como Paiva (2003), Sodré (2014) – que, em parte, seguem a linha dos autores já citados – e Aguilar (2017). Além disso, neste trabalho também advogamos pela perspectiva afrocentrada do comum – o *ubu-ntu* (Gyekye, 2003; Menkiti, 1984; Ramose, 2003).

O que vincula todas essas teorias é o fato de centrar a experiência do comum no estabelecimento de vínculos que somente são possíveis no estar-juntos cotidiano. Assim, Sodré (2014, p. 204) afirma que “o comum é sentido antes de ser pensado ou expressado, por tanto, é algo que reside diretamente na existência”. É a experiência cotidiana que estabelece “um ponto de convergência” (Sodré, 2014, p.238) do qual o comum pode aflorar.

Nos movimentos sociais contemporâneos, que estavam constantemente mobilizados, muitas vezes em acampamentos, ficou claro como “compartir o espaço, existir com o outro se funda na essência do ser, sendo possível perceber-se na medida em que se   descoberto pelo olhar do outro” (Paiva, 2003, p.87) e   através da existência do outro que o próprio ser se constrói enquanto comunitário. Este argumento de Paiva (2003) se relaciona – ainda que de forma não intencional – com a base epistemológica do pensamento africano. No *ubu-ntu*, um ser humano só pode se realizar como tal ao humanizar os seus semelhantes (Noguera, 2011), portanto, a experiência comunitária está no centro da existência humana, de acordo com esta corrente filosófica.

A potência do comum e das experiências comunitárias também pode ser vista a partir de um ponto de vista prático, de acordo com Aguilar (2017). A autora menciona, como exemplo, como as recentes lutas do povo boliviano se desenvolveram sobre esta base reivindicativa, abrindo um “horizonte político comunitário-popular”, cujo n  central foi “a reapropria o coletiva da riqueza material disponível, da possibilidade de decisão sobre ela, ou seja, de sua gestão e usufruto” (Aguilar, 2017, p.36)

³   possível citar a cria o de partidos políticos de reivindica o do comum como *Barcelona en Com n*.

Métodos e materiais

Para dar conta da diversidade de “objetos” que esta pesquisa abordou, optamos por um modelo de investigação misto, incorporando métodos qualitativos e quantitativos, aplicados tanto *online* como *offline*. Abaixo, descreve-se a utilização de cada uma das ferramentas metodológicas e seus respectivos materiais:

- 1) Pesquisa afetada, militante e participativa.** A proposta da pesquisa foi partir da pesquisa participante (Brandão, 1987), não somente como metodologia, mas como lugar “político” para abordar o vídeo ativismo. Baseando-se nesta premissa, se construiu uma trajetória de pesquisa “com e para” e não “sobre”. Também partimos da ideia de pesquisa afetada (Favret-Saada, 2005) e pesquisa militante (Shukaitis e Graeber, 2007). A pesquisa participante foi realizada entre 07 de junho e 15 de julho de 2014, acompanhando o cotidiano de 10 grupos vídeo ativistas, no Rio de Janeiro, registrado em um diário de campo audiovisual e escrito. Os grupos que participaram da pesquisa foram: Jornal A Nova Democracia, Mídia Ninja, Coletivo Carranca, Coletivo Mariachi, Mídia Independente Coletiva, Linhas de Fuga, Coletivo Tatu, Rio40Caos, Coletivo Tatu e Cinza Sem Filtro.
- 2) Entrevista como lugar de escuta.** Foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas a vídeo ativistas atuantes na cidade do Rio de Janeiro. Aqui, a entrevista é compreendida como um espaço de encontro entre o investigador e os sujeitos da pesquisa; um espaço de prática de uma relação dialógica (Oliveira, 2000) e de uma escuta especial, profunda.
- 3) Métodos digitais.** Com este termo, se pretende captar as pesquisas desenvolvidas na Internet, que enfocam a web como um conjunto de dados e propõe “uma imaginação sociológica ou uma investigação social para o estudo dos dispositivos em linha (Rogers, 2012, p.2). Utilizando os softwares Nvivo e Netvizz foram coletados dados das publicações dos vídeos, oriundos das páginas dos coletivos vídeo ativistas; dados do YouTube foram coletados manualmente e com a utilização do YouTube Data Tools; e, por último, dados da plataforma de streaming TwitCasting foram coletados de forma manual.
- 4) Análise da narrativa audiovisual.** Para analisar os vídeos, foi utilizado um método misto, desenvolvido pela autora da pesquisa, que incorpora perspectivas da análise de audiovisual de não ficção, da Internet e do ativismo. Os 173 vídeos produzidos durante o período de coleta da mostra foram considerados “narrativas vídeo ativistas nos meios sociais” e categorizados como “notícias e reportagens”, “vídeo com intenção *advocacy*” e “*streaming*”. Após a categorização inicial, 30 vídeos, sendo 10 de cada categoria, foram analisados quadro a quadro, de acordo com os critérios da tabela mencionada. Esta análise é detalhadamente explicada e analisada em outro trabalho (Sousa e Cervi, 2017).

Principais resultados e discussão

De toda a constelação de movimentos e ativistas que se colocaram a tarefa de informar sobre os movimentos sociais de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, esta análise se centra em um grupo de 10 “coletivos vídeo ativistas”. A maior parte das pessoas que formaram estes grupos decidiram tomar a câmera como ferramenta política depois de: 1) passar por alguma experiência de violência policial, direta ou indireta; 2) perceber a ineficiência dos grandes meios de comunicação em reportar o protesto social, ignorando parte dos acontecimentos e não representando a voz e as narrativas dos setores populares.

A necessidade de afirmar-se como comunidade, coletivo e meio informativo independente e popular aparece na definição destes grupos, por mais que houvesse diversidade nas suas conformações, a nível individual. Em relação ao tipo de material produzido, se destacaram as produções de: 1) notícias e reportagem jornalística; 2) transmissões ao vivo por *streaming*; e 3) vídeo com intenção de defesa ou *advocacy*.

Estes grupos, mesmo com suas diferenças, atuavam em “rede”, tanto na rua como nos espaços virtuais, entendendo que a conexão criada nas ruas, durante os protestos, acabava por determinar a conexão nas redes e nos meios sociais da Internet. Em outras palavras, a “vivência” na rua, o estar-juntos, a construção desta comunidade, a partir dos momentos compartilhados, era trasladada às redes virtuais. Durante a pesquisa, uma das ações realizadas pelos grupos se mostrou como um divisor de águas. A vinculação com as lutas dos moradores das favelas contra a violência policial uniu ainda mais uma parte do grupo, deixando aos que não se conectaram com estas lutas isolados.

Durante a realização do Mundial de Futebol da FIFA, entre junho e julho de 2014, todas as etapas da produção vídeo ativista realizada na cidade do Rio de Janeiro foram acompanhadas pela autora desta pesquisa. Uma das indagações da pesquisa se referia à metodologia de produção. A partir dos resultados oriundos da pesquisa participante e das entrevistas, pode-se afirmar que a maior parte dos coletivos atua da seguinte forma:

- 1) Etapa de preparação: dividir as tarefas dos participantes da cobertura; comunicação prévia com outros vídeo ativistas; conferir os equipamentos e prepará-los; listar contatos de emergência, principalmente de advogados e da “base” ativista — pessoas que não estão fisicamente na manifestação, mas conectados *online* e acompanhando o desenvolvimento da mesma por *streaming*, cujo papel é se conectar com outros ativistas, médicos, advogados, famílias, etc.
- 2) Etapa de captação: cobertura *in loco* da manifestação, prestando especial atenção a situações de violência e estabelecendo contato com a “base”;
- 3) Etapa de pós-produção: realização de um *backup* das imagens, montagem e publicação *online* no *YouTube*;
- 4) Etapa de propagação: publicação do vídeo nas redes e meios sociais. Nesta etapa, os vídeo ativistas mobilizavam toda sua rede de contatos, principalmente a do próprio vídeo ativismo para

fazer com que o material “viralizasse” nas redes sociais online. É aqui onde a organização em rede, que ia da rua à rede, mostrava sua potência.

Esta metodologia levou, a nível prático, a duas situações quase sempre presentes no trabalho vídeo ativista: 1) o afã pela viralização dos vídeos; 2) a jornada de trabalho exaustiva. O desejo que os vídeos viralizassem tinha suas motivações e estava diretamente relacionado ao objetivo de contrapor-se à narrativa criada pelos grandes meios. Através da infraestrutura das plataformas e suas formas de funcionamento em rede era possível, se um vídeo viralizava, fazer frente à narrativa da televisão ou dos grandes jornais impressos do país. Assim, isto levou a que sobressaísse, na narrativa vídeo ativista, as cenas de violência e de espetáculo, já que estas se propagavam de forma mais rápida pela rede. Além disso, o desejo de publicar antes do que os grandes meios informativos implicava em duras jornadas de trabalho, muitas vezes realizadas por uma ou duas pessoas, de 24h a 48h contínuas.

O que foi produzido pelos vídeo ativistas?

Durante o período da mostra, os 10 grupos de vídeo ativismo acompanhados nesta pesquisa produziram 173 obras, com as seguintes características, divididas por plataforma: *YouTube* (tabela 1) e *TwitCasting* (Tabela 2).

Tabela 1: Vídeos publicados no *YouTube* pelos coletivos de vídeo ativismo do Rio de Janeiro, entre 13 de junho e 15 de julho de 2014

Coletivo	Vídeos	Duração (média)	Visualização (média)	Comentários (média)	“Curtir” (média)
Jornal A Nova	28	04:42	18.832,40	87,9	263
Democracia					
Coletivo Mariachi	21	04:41	3.915	27,4	73,5
MIC	06	02:55	26.218	95	117,7
Tatu	09	04:45	3.246	20,5	42,7
Linha de Fuga	11	02:18	2.161	4,7	22,1
Voz das ruas	02	07:28	734	1	18
Vinhetando	06	01:19	517	1,5	12
Rio40Caos	02	02:50	239	1,5	3
Mais visualizados	06	06:43	1.701.913	4.028	6.237
Total	91	04:11	195.308	474,16	754,33

Fonte: autoria própria, com dados capturados com *YouTube Data Tools* e manualmente, em 15/07/2015.

Tabela 2: Vídeos transmitidos por *streaming* pelos coletivos de vídeo ativismo do Rio de Janeiro, entre 13 de junho e 15 de julho de 2014

Coletivo	Vídeos	Duração (média)	Visualização (média)	Maior audiência (média)	Comentários (média)
Carranca	39	14:48	1.195	304	178
Mídia Ninja	43	23:32	1.352	319	322
Total	82	19:10	1.274	311,5	250

Fonte: autoria própria, com dados capturados manualmente, em 15/07/2015.

Ao analisar os dados apresentados, evidencia-se a grande capacidade produtiva dos grupos de vídeo ativismo que atuaram durante os protestos no Rio de Janeiro. Quatro grupos se destacaram em relação ao número de obras produzidas: no *YouTube*, Jornal A Nova Democracia (28) e Coletivo Mariachi (21). Entre os grupos de *streaming*, Mídia Ninja (43) e Coletivo Carranca (39). Não somente a quantidade de vídeos chama a atenção, mas também os outros dados revelados. Em média, cada vídeo arquivado no *YouTube* e compartilhado através do *Facebook* tem 4'11", que configura uma longa duração para vídeos *online*. Com uma média de mais de 195 mil visualizações, 474 comentários e 754 "curtir" é possível considerar que os vídeos da mostra estudada tiveram uma alta propagabilidade, envolvendo uma audiência ampla, tanto na visualização como no debate.

As transmissões ao vivo, por *streaming*, por sua vez, totalizaram 82 vídeos e uma média de duração de 19'10", o que leva a supor quedas e interrupções na transmissão. O número médio de pessoas conectadas às transmissões foi de 1.274, um número significativo para plataformas de *streaming*. A participação dos espectadores, com uma média de 250 comentários, também é um indicador da implicação do público na construção da narrativa.

Os 173 vídeos analisados foram categorizados de acordo com suas características em: 1) notícias e reportagens: centrados na narrativa da protesta como fato/ acontecimento; 2) *advocacy* vídeo: parte de um esforço para dar visibilidade e impacto a uma campanha cujo objetivo é modificar comportamentos sociais, políticas públicas e leis (Witness, 2016); e 3) *streaming*: vídeos transmitidos em tempo real, com a participação de um narrador e da audiência através de comentários.

Nos vídeos analisados, a temática principal foi a violência policial, sendo os manifestantes os protagonistas da narrativa. A imagem da polícia, como personagem, também era constante, quase sempre reprimindo aos manifestantes, porém com reduzido espaço de fala. O ponto de vista predominante nas obras pode ser considerado como fruto do encontro entre o olhar dos manifestantes e a câmara. Tecnicamente, a maior parte das obras é composta por planos gerais e primeiros planos (para entrevistas), poucos movimentos de câmara, montagem linear e som direto. Na classificação utilizada por Thorson et al. (2010) estes vídeos seriam considerados Pro-AM (*Professional-Amateur*). Entretanto, durante o trabalho de campo, foi possível presenciar a captação das imagens, quase sempre baixo pressão da violência policial, e os "defeitos técnicos" correspondem muito mais ao perigo de filmar o real do que a uma imperfeição ou desconhecimento técnico por parte dos vídeo ativistas.

O vídeo com intenção *advocacy* destacou-se na mostra, aparecendo em 40 dos vídeos publicados no *YouTube*. Este subgênero esteve completamente focado na cobertura da violência policial. Em termos técnicos, também pode ser considerado profissional-amador (Thorson et al., 2010), já que contam com montagem, utilização de microfones externos, mas se nota instabilidade e falta de foco em algumas imagens. A fotografia, em comparação com os outros subgêneros, é mais criativa. A montagem continua simples, mas incorpora efeitos especiais para evidenciar os casos de violência. É importante notar que estes vídeos tentavam seguir protocolos de filmagem sugeridos por advogados e organizações de direitos humanos, porém a efetivação destes protocolos apresenta deficiências, mesmo considerando o esforço realizado pelos vídeo ativistas. O registro da identidade dos agredidos aparece em quase todos os vídeos (80%), o plano sequência em 70% dos casos, e se nota um esforço por identificar os agressores (40%). O principal problema encontrado é a ausência de contexto nas imagens. A câmera se enfoca no momento da violência, sem oferecer o arco narrativo completo, necessário para entender a situação filmada.

Nas transmissões por *streaming* (82 dos 173 vídeos), realizadas pelos coletivos Carranca e Mídia Ninja, é possível encontrar uma narrativa detalhada dos acontecimentos. Aqui há um *streamer*-narrador, que guia o olhar e narra os eventos, imprimindo uma forte sensação de realidade, de presencialidade e de testemunho histórico. O que se vê é um plano sequência quase infinito, com planos gerais e primeiros planos de personagens que falam para a câmera. A imagem, tecnicamente, é inferior à dos outros subgêneros. Muitas vezes o que se vê é apenas um "borrão", dependendo da qualidade do telefone móvel utilizado para realizar a transmissão e da Internet. Neste contexto, a voz do narrador é fundamental.

Neste caso, também foram encontradas diferenças significativas entre a produção realizada entre os dois grupos, o que não ocorreu nos outros subgêneros. Em resumo, a transmissão do Coletivo Carranca conseguiu ser mais contextualizada, próxima e imersa aos acontecimentos do que as transmissões realizadas pela Mídia Ninja. Além de mostrar um posicionamento político claro contra o governo e o Estado, de forma geral. Já a cobertura da Mídia Ninja evitava confrontar o governo e chamava a uma conciliação geral. Narrativamente, Mídia Ninja também deixava o contexto em segundo plano, centrando sua construção audiovisual na violência, no espetáculo e na carnavalização do protesto. Nas ruas, a recepção dos grupos entre os manifestantes também era diversa: enquanto o Coletivo Carranca era bem recebido e estabelecia um diálogo com os protestantes, muitas vezes a Mídia Ninja acabava rechaçada.

Que participação é possível nas rede e meios sociais?

Neste trabalho se opta por analisar a participação como um conceito político, cujo elemento chave é o poder; situando-se em um processo particular, com atores específicos e fazendo parte das lutas de poder na sociedade (Carpentier, 2017; 2016; Keltly, 2013). Mensurar os níveis de participação de um processo comunicativo é complexo e poucas pesquisas propuseram metodologias específicas para fazê-lo. Carpentier (2016; 2017) constitui uma das poucas referências no campo e afirma que considerando a complexidade, as dimensões maximalista/minimalista podem ser uma ferramenta útil para analisar a intensidade da participação. Uma dimensão minimalista da participação tende a proteger os atores privilegiados, dispondo de poucas ferramentas ou processos participativos para os atores não privilegiados. Em contraste, a

dimensão maximalista da participação busca um total equilíbrio de poder entre os atores envolvidos. Entretanto, estas posições não são dicotômicas, podendo existir de forma concomitante e, ainda, com várias posições intermediárias entre elas.

Quando tratamos de processos de comunicação ativista nas redes sociais *online*, a participação é uma palavra-chave, utilizada em vários contextos e referindo-se a processos bastante diferentes. Carpentier (2017) sugere uma distinção entre acesso, interação e participação. Acesso remete à presença e pode estar relacionado à tecnologia, conteúdo, pessoas ou organizações; interação, por sua vez, significa as relações sócio comunicativas estabelecidas com ou através destas instâncias. A participação seria, então, o processo decisório envolvido na produção e recepção, na tecnologia, no conteúdo, e relacionando pessoas e organizações.

Neste trabalho, utilizamos um procedimento misto, composto pela aplicação do modelo analítico proposto por Carpentier (2016) para compreender a natureza participativa, no qual identificam-se as formas de acesso, interação e participação da audiência com e nas obras audiovisuais analisadas. Além disso, também foi realizada uma análise de conteúdo das mensagens e demais “pegadas” deixadas pela audiência nas redes sociais online. Considerando que os vídeo ativistas são um coletivo organizado e que decidem entre seus membros como construir suas obras, esta análise centrou-se nas ações passíveis de ser realizadas através das plataformas nos quais os vídeos eram disponibilizados para a audiência. Desta forma, analisando os 173 vídeos da mostra, chegou-se aos seguintes resultados, em cada plataforma:

1) *YouTube*: nota-se um alto nível de interação por parte da audiência, com muitas visualizações (1.886.143 visualizações), comentários (4.523) e avaliações do material, através da ferramenta “like” (9.093). Mas, ao analisar o conteúdo desta “conversa”, através da Análise de Conteúdo, percebe-se que predominam comentários descontextualizados e despolitizados. Em relação à apropriação da narrativa por parte da audiência, através da recirculação permitida pela ferramenta “compartilhar”, a maior parte dos links compartilhados encontrava-se em páginas de agregadores, não representando uma reconstrução ou reapropriação da narrativa. 2) *Facebook*: o nível de interação é ainda maior que o encontrado no *YouTube*. Os comentários (6.211) eram mais politizados, em sua maior parte de apoio. Mas também não foram encontradas evidências de uma reconstrução ou re-apropriação da narrativa, na maior parte dos casos.

3) *TwitCasting*: apresenta os níveis mais baixos de interação numérica da audiência (análise quantitativa), com uma média de 194,5 comentários por vídeo. Entretanto, possibilitou os maiores níveis de conversa (análise qualitativa). Além disso, a audiência estava em diálogo constante com o *streamer* e entre si, propondo um aprofundamento político do debate.

Em relação às posições de poder, verifica-se uma relação de desigualdade no processo. Os vídeo ativistas detinham o poder de decidir tudo o que se referia à produção do vídeo e de como o material circularia originalmente nas redes e meios sociais. A audiência poderia decidir como relacionar-se com o vídeo nos processos de circulação e recirculação, através de ferramentas das plataformas, como curtir, compartilhar e comentar. As ações de “curtir” e “compartilhar”, no escopo da pesquisa, foram consideradas como “interação”, pois estabeleciam uma relação sócio comunicativa entre a audiência e a narrativa vídeo ativista; caracterizando o nível minimalista de participação. Assim, a audiência tinha uma possibilidade de coparticipação limitada na construção audiovisual, uma vez que não lhe era permitido decidir questões narrativas, técnicas e estéticas do material, mas era possível re-apropriar-se dos vídeos, inserindo suas

ideias em forma de texto e comentários através da ferramenta “compartilhar”, maximizando os níveis de participação. Entretanto, observou-se que esta possibilidade, apesar de estar disponível, foi utilizada em raras ocasiões.

Em resumo, os vídeo ativistas tinham mais poder na produção da narrativa vídeo ativista nos meios sociais. Mas a audiência possuía canais de interação (majoritariamente) e participação e, caso desejassem, poderiam reescrever uma parte da narrativa. Importante também pontuar que, neste processo, a última palavra era sempre dos proprietários das plataformas de redes e meios sociais que, através de seus algoritmos e definições de serviço e privacidade, acabavam por definir o que circulava ou não na rede.

Palavras finais

O vídeo ativismo online, circulando através das redes e meios sociais da Internet, foi um fenômeno novo e potente que emergiu no último ciclo de protestos, entre 2011 e 2014. No Brasil, foi uma experiência que marcou profundamente os protestos que tomaram as ruas no contexto do Mundial de Futebol da FIFA (2014). Os coletivos vídeo-ativistas foram formados por pessoas que decidiram utilizar a câmera como uma ferramenta de luta política, para narrar os acontecimentos a partir do olho do furacão, representando e em constante colaboração com os setores populares em luta. Apesar das diferenças entre os dez coletivos formados na cidade do Rio de Janeiro que foram acompanhados nesta pesquisa, as ações, tanto na rua quanto nas mídias sociais *online*, ocorriam em rede, formando um grande bloco vídeo ativista. A metodologia de produção destes grupos esteve voltada à tentativa de viralização dos vídeos nas redes sociais, levando a jornadas de trabalho exaustivas e também a deficiências narrativas, uma vez que o material analisado demonstra a predominância da violência policial em detrimento de um aprofundamento sobre as causas dos protestos.

Estes coletivos produziram quase duas centenas de audiovisuais para narrar os protestos que ocorriam na cidade. Muitos destes vídeos alcançaram mais de um milhão de visualizações, tendo sido, inclusive apropriados sem autorização pelos grandes meios informativos. Considera-se, portanto, que a labor destes coletivos conseguiu construir uma narrativa outra, imersa e que partia dos manifestantes, pese às deficiências apontadas nesta pesquisa. Talvez a principal problemática, no que se refere à circulação, seja a utilização de plataformas proprietárias, cujos algoritmos e definições de utilização, acabavam por limitar a circulação da narrativa e participação da audiência. Assim, é tarefa imprescindível pensar numa rede que conecte os vídeo ativistas a amplos setores da população, principalmente aqueles que tem sido historicamente os sujeitos da narrativa dos meios de comunicação comunitários, popular e alternativos, livre das plataformas proprietárias em busca de lucro.

Após analisar os 173 vídeos produzidos, fica evidente a falta de contexto em grande parte do material. Isto se apresenta de forma mais acentuada nos vídeos categorizados como notícias e *advocacy* vídeo, uma vez que nas transmissões por *streaming*, o narrador é capaz de contextualizar, explicar e debater o que se vê na tela. A pressa, a busca por imagens espetaculares, acabou fazendo com que o olhar vídeo ativista se perdesse. Desta forma, faz-se necessário construir uma narrativa que vá além da violência, contextualizando e explicando as demandas dos movimentos sociais, não se centralizando na ação policial e seguindo os

protocolos de filmagem recomendados por advogados e organizações de direitos humanos, de forma que as imagens possam ter impacto jurídico, além de midiático.

Por fim, é importante considerar que esta pesquisa propôs um olhar aprofundado sobre a prática vídeo ativista realizada num contexto bastante específico, mas algumas de suas contribuições podem servir de provocação para que mais pesquisas sejam realizadas, principalmente a partir de uma perspectiva comparativa. Algumas das perguntas que emergiram no processo de análise e que podem e devem ser melhor desenvolvidas são: as vinculações entre o *online* e o *offline*, cada vez menos separadas; as intersecções entre raça, classe e gênero nas redes de resistência e como elas estruturam as formas organizativas, narrativas, estéticas e políticas destas redes.

Bibliografia

- Agamben, G. (1990). *The Coming Community*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Aguilar, R. G. (2017). *Horizontes comunitario-populares. Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas*. Madrid: Traficantes de sueños.
- Alexander, B. (2011). *The new digital storytelling: creating narratives with new media*. Santa Barbara, United States: Praeger.
- Antoun, H. & Malini, F. (2013). *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.
- Bennett, L. & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, 15 (5), 739-768.
- Brandão, Carlos Rodrigues (1987). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Canavarro, Marcela (2015). *Technopolitics and emotional contagious: the inspiration from Turkey and Spain to uprisings in Brazil in and after 2013*. Manuscrito não publicado.
- Cammaerts, B. (2016). Overcoming net-centricity in the study of alternative and community media. *Journal of alternative and community media*, 1, pp. 1-3.
- Carneiro, H. S (2012) Rebeliões e ocupações de 2011. In: Harvey, D. et. al. (Org.). *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior. pp. 7-14.
- Carpentier, Nico (2017). *The Discursive-Material Knot: Cyprus in Conflict and Community Media Participation*. New York: Peter Lang.
- Carpentier, Nico (2016) Beyond the Ladder of Participation: An Analytical Toolkit for the Critical Analysis of Participatory Media Processes. *Javnost - The Public*, 23:1, 70-88.
- Castells, Manuel (2012). *Redes de indignación y Esperanza*. Madrid: Alianza.
- Coyer, K.; Downumt, T.; and, Fountain, A. (2007). *The Alternative Media Handbook*. London: Routledge.
- Dean, Jodi (2005). Communicative capitalism. *Cultural Politics* 1 (1): 51-74.
- Esposito, Roberto (2003). *Comunnitas. Origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amarrortu ediciones.
- Favret-saada, Jeane (2005). Ser afetado. *Caderno de campo*, 13, 155-161.
- Gyekye, Kwame (2003). Person and Community in African thought. In: Coetzee, P. H.; Roux, A.P.J. (eds).

The African Philosophy Reader. New York: Routledge, pp. 348-366.

Sousa, A.LN & Cervi, Laura (2017). Video activism in the Brazilian protests: Genres, narratives and political participation. *Northern Lights*, 15 (1), 69-88.